

Aprovado por unanimidade na reunião da CECT de 11/09/2025, registando-se a ausência da IL, do L e do CDS-PP



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

**Exmo. Senhor**  
**Presidente da Comissão de Economia e**  
**Coesão Territorial**  
**Deputado Pedro Coimbra**

Lisboa, 4 de setembro de 2025

**Assunto: Requerimento para audições com as Organizações Representativas dos Trabalhadores da Efacec**

A Efacec é uma empresa prestigiada e estratégica para a economia nacional. Trata-se de um Grupo que já foi público e que foi privatizado com as desastrosas consequências que se conhecem para a empresa, para os seus trabalhadores, para a região Norte, para toda a Indústria e para a economia nacional.

O Governo PS, a 2 de julho de 2020, procedeu à apropriação pública da participação social detida pela Winterfell 2 Limited na Efacec Power Solutions, SGPS, S.A. (Grupo Efacec), correspondente a 71,73% do capital social do Grupo, excluindo-o, no entanto da aplicação do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial. Desde o início do processo, ficou claro que o que estava em causa não era uma nacionalização com o intuito de que o Estado português assumisse a efetiva direção da empresa e do Grupo no sentido de preservar e desenvolver a empresa.

Como o Tribunal de Contas veio confirmar, o que se passou na Efacec foi o financiamento público dos prejuízos privados e a entrega, com prejuízo para o Estado, de uma empresa estratégica e lucrativa a um fundo de investimento alemão que não tardou a promover um despedimento coletivo e mais de uma centena de despedimentos por mútuo acordo, através da ameaça, chantagem e exclusão dos trabalhadores. Trabalhadores esses, altamente qualificados, que foram tratados como peças descartáveis, num processo desastroso para a indústria portuguesa e a produção nacional.

Na atual fase dos trabalhos parlamentares, surgem iniciativas – desde logo do PSD – no sentido de retomar o debate sobre a tutela política do processo da Efacec, nomeadamente na governação PS.

O PCP considera que é imprescindível que os trabalhadores da empresa tenham uma palavra a dizer e se conte com o seu testemunho, o seu conhecimento e a sua reflexão, numa discussão em que está em causa também a sua situação e o seu futuro.

Assim, o Grupo Parlamentar do PCP vem requerer a Audição, na Comissão de Economia e Coesão Territorial, das seguintes entidades:

- Comissão de Trabalhadores da Efacec Energia;
- Comissão de Trabalhadores da Efacec Mobility;
- Comissão de Trabalhadores da Efacec Engenharia;
- SITE Norte – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente do Norte;
- SINDEL – Sindicato Nacional da Indústria e da Energia.

A Deputada,

Paula Santos